

A DESTITUIÇÃO DO VIVIDO COMO NOVA FRENTE DE EXPROPRIAÇÃO PELO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: reflexões sobre processos de resistência à remoção na Barra da Tijuca – RJ

Autora: Previatti, Carine Botelho

Filiação institucional: Universidade de São Paulo

E-mail: cbpreviatti@gmail.com

RESUMO: O presente artigo parte de uma pesquisa empírica que foi realizada entre os anos de 2016-2020 durante os estudos de doutoramento, com quatro comunidades localizadas nas imediações da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. A processo de luta e de resistência para permanência de alguns moradores dessas quatro localidades – Vila Recreio II, Barrinha, Rio das Pedras e Vila Autódromo – suscitaram o entendimento de que a constituição de uma fronteira urbana de expansão dos capitais relacionados ao setor imobiliário na metrópole do Rio de Janeiro necessitou, ao longo dos anos, de um processo cada vez mais radicalizado de expropriações, um movimento que denominados de destituição do vivido.

Palavras-chave: Destituição do vivido, Prática de resistência, Barra da Tijuca.

GT 13 – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – TEORIA E PRÁTICA

INTRODUÇÃO

O movimento da pesquisa conduzida entre os anos de 2016-2020 partiu de um processo empírico em andamento, iniciado durante visitas a campo à comunidade Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, entre os anos de 2014-2016, ao longo dos estudos desenvolvidos no mestrado. Nesses anos iniciais, a pesquisa focou a análise no processo de resistência dos moradores da comunidade contra tentativas de remoção¹ pelo poder público, intensificadas durante os preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos em 2016.

¹ A palavra “remoção” é aqui defendida nos termos empregados por Justino (2016), enquanto um processo social de apagamento e de anulação de atos sociais comunitários que não detinham necessariamente um caráter mediado pelas relações de troca do capital. Nesse aspecto, abrange uma relação maior do que um simples ato de mudança de lugar, como outros termos utilizados pelo poder público tentam ocultar, tais como: realocação, remanejamento, reassentamento.

Olhar para esse processo em sua particularidade suscitou inquietações que resultaram na construção de uma problemática que pudesse compreender como o nível local, com os conflitos e contradições imanentes à produção do espaço pelo capital na atualidade, requerem uma radicalidade dos processos expropriatórios de comunidades localizadas nos eixos de valorização do imobiliário para atender processos que se realizam e se articulam com os níveis global e intermediário, conforme método problematizado por Lefebvre (2019).

Nessa perspectiva, procurou-se, ao longo da pesquisa de doutoramento, entender como o processo da destituição do vivido ocorria em sua prática socioespacial por meio de entrevistas semiestruturadas a moradores de quatro comunidades localizadas na Barra da Tijuca que passaram ou ainda passam por processos de remoção realizadas pelo poder público, bem como extensa análise documental de planos de ordenamento urbano, índices imobiliários do período e reportagens e imagens de mídias locais.

Foram conduzidas pesquisas de campo e entrevistas a moradores e ex-moradores das comunidades Vila Autódromo, Rio das Pedras, Barrinha e Vila Recreio II – que foi totalmente removida pelo poder público em 2011, tornando possível compreender, ainda que de uma maneira bastante fragmentada, que os processos de remoção já realizados ou ainda em curso na cidade beneficiam diretamente a valorização pretendida para esses mesmos espaços pelas grandes empresas relacionadas ao setor imobiliário, por meio de ações concretas de expropriação das comunidades e adoção de políticas públicas específicas pelo Estado.

Nesse cenário, compreende-se que o Estado, aliado aos interesses dos poucos proprietários fundiários da Barra da Tijuca², ao longo dos anos e por meio de diversos mecanismos jurídicos e urbanísticos, procuraram hierarquizar a Barra em relação ao restante da metrópole carioca, por meio da transformação de fragmentos selecionados, principalmente através de planos de ordenamento urbano que modificavam diretrizes sobre o parcelamento e uso do solo, sobre potenciais construtivos cada vez maiores e mais extensos, em uma clara tentativa de homogeneizar o espaço, ampliando a segregação socioespacial.

² Pela pesquisa empreendida, verificou-se que, em 1980, apenas quatro proprietários detinham os títulos privados de toda a extensão do que se compreende como Área de Planejamento 4 (AP4) – Baixada de Jacarepaguá, localizada na zona oeste da metrópole carioca. Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro baseadas na pesquisa do IBGE de 2010, a AP4 engloba um total de 293.783.351,28 m² e inclui três regiões administrativas: RA XXIV Barra da Tijuca, a RA XVI Jacarepaguá com 126.606.496,88 m² e a XXXIV RA – Cidade de Deus com 1.205.773,57 m².

Os trabalhadores moradores das comunidades estudadas sofreram, em diferentes momentos, tentativas de remoção com justificativas diversas apresentadas pelo poder público, cujas reais intenções apontam para o completo apagamento dessas vidas e desses corpos no espaço, de suas estratégias no campo da luta pela permanência em seus locais de constituição da vida diária, onde tecem e desenvolvem relações sociais e onde, muitos deles, possuem sentimentos de pertencimento e apropriação, mas que são tratados enquanto barreiras aos processos de valorização pretendida para essa parte da metrópole.

Nesse aspecto, compreende-se o movimento de resistência enquanto uma prática que, segundo apontamentos de Ribeiro (2012), pode nascer de uma imediatividade da vida diária, muitas vezes pela preservação ou reivindicação do local da moradia, mas que precisa ser efetivamente mobilizado todos os dias na vida desses moradores. Não se encerra no momento em que as primeiras reivindicações são atendidas ou atenuadas, mas se mantém enquanto um movimento contínuo.

Deste modo, o plano do vivido, o cotidiano e a resistência das comunidades estudadas permitiram a compreensão de um processo de acumulação do capital no espaço que se realiza por meio da abertura de uma fronteira urbana na Barra da Tijuca que pressupõem, na atualidade, a realização conjunta de processos de expropriação cada vez mais radicalizados, que abarcam as relações sociais que se realizam no espaço e que sinalizam para uma impossibilidade crescente de realização da vida, principalmente no que tange à classe trabalhadora.

Esse movimento designamos como a destituição do vivido, que se apresenta como um processo político, de luta de classes no urbano. A hipótese norteadora é que a destituição não é apenas material, de maneira a viabilizar uma acumulação econômica, mas é, sobretudo das relações engendradas na constituição da vida, minando as possibilidades de sobrevivência, de organização social, de luta e de construção da utopia³.

A problemática urbana e os processos da vida cotidiana, subsumida às relações capitalistas (Lefebvre, 1991), suscitaram o entendimento de que a divisão de classes hoje se

³ [...] a concepção do urbano visa também à re-apropriação, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, nos objetos. Condições que lhe eram e lhe são arrancadas, para que só as reencontre mediante a compra e a venda. Pode-se-ia dizer que o tempo, âmbito dos valores, e o espaço, meio de troca, podem reencontrar-se numa unidade superior, o urbano? Sim, sob a condição de se especificar bem o que cada um já sabe: que se trata de uma u-topia, de um não lugar, de um possível-impossível; mas que confere seu sentido ao possível, à ação [...] (Lefebvre, 2019, p.195).

coloca enquanto uma luta de classes, potencializando a discussão de uma superação dessa condição que só poderia acontecer por meio das práticas de resistência aos processos da destituição do vivido.

Iniciaremos a estrutura desse artigo apresentando brevemente as comunidades e suas histórias de luta e resistência para permanência em seus locais de moradia e convivência social. Discutiremos com esse processo não foi linear nem homogêneo, revelando conflitos, contradições, embates e ações violentas, tanto físicas quanto emocionais, a todos os envolvidos, sejam moradores, ex-moradores, apoiadores e agentes públicos. Essas reflexões apontam para o próprio movimento da expropriação enquanto parte essencial dos processos de acumulação do capital no espaço.

Em seguida, discutiremos brevemente a construção da adjetivação da noção de destituição do vivido, partindo de uma análise entre as contradições mais evidentes que foram surgindo durante todo o processo de construção da pesquisa: o termo da apropriação, como trabalhado por Carlos (2007), que remete ao uso do espaço pelo corpo, o sentimento de pertencimento com o lugar enquanto identidade de um grupo específico; a vida cotidiana, como problematizado em Lefebvre (1991), que aponta para a subsunção de todos os momentos da vida ao capital e as relações de troca do universo das mercadorias; e a prática de resistência como um ato contínuo, de acordo com reflexões realizadas por Ribeiro (2012), que se evidenciam na luta pela permanência em locais de realização da vida, tendo como ponto de partida a habitação.

CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA BARRA DA TIJUCA

É necessário, primeiramente, articular que a produção do espaço se realiza como concretização física e material do sistema capitalista de produção e tem, como intrínseco a ele, também a produção de relações sociais que se estabelecem nesse espaço, com seus conflitos e contradições. Dito de outro modo, a produção do espaço não está apartada das relações políticas, econômicas e sociais que movem o sistema capitalista de produção, como analisa Carlos (2011, p.79):

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades

da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, no plano do lugar.

Dessa forma, é possível afirmar que, por meio da pesquisa de campo e do contato direto com as práticas de resistência dos moradores das comunidades entrevistadas, foi possível entender que o cotidiano deles, por exemplo, se articula e só pode ser compreendido pela forma como se relaciona às estratégias do Estado e dos interesses privados, de diferentes níveis de poder, na produção do espaço.

As incorporadoras, as construtoras, os proprietários fundiários e as imobiliárias que atuam na região da Barra da Tijuca, por exemplo, exercem um poder econômico e político local, mas que extrapolam esse nível; os planos de ordenamento urbano, como os diversos Planos Estratégicos⁴, e as diretrizes estabelecidas para atender aos modelos de cidade impostos pelas agências de fomento internacionais, como o Banco Mundial (2000), por exemplo, representam um nível global, na busca por atração de mais investidores privados para a metrópole do Rio de Janeiro, que atuam no nível intermediário, através e pelo Estado, implicando em conflitos que se estabelecem no nível local. O processo de resistência, enquanto uma prática socioespacial que parte do lugar (Ribeiro, 2012), se inicia na tentativa de barrar os processos de expropriação cada vez mais ampliados, que abarcam a habitação e se inscrevem na vida cotidiana (Lefebvre, 1991), mas detém a potência para transformar, no plano intermediário, do encontro com o outro, os processos da destituição do vivido, que podem inclusive, mudar estruturas e dimensões colocadas no plano global.

Dessa forma, o relato de surgimento das comunidades, seus embates constantes com interesses dos proprietários de terras que atuavam junto ao poder público para lançar e implementar planos de ordenamento urbano, alterando leis de zoneamento de uso e ocupação do solo, por exemplo, iluminam as estratégias empreendidas, tanto para a valorização imobiliária pretendida para esse fragmento espacial da metrópole como também para a permanência das comunidades formadas em sua maioria, por trabalhadores inseridos no universo das relações capitalistas por trabalhos com remuneração intermitente.

As quatro comunidades estudadas tiveram um processo de ocupação semelhante, algumas tendo surgido em momentos cronológicos similares. Igualmente, sofreram processos

⁴ Planos Estratégico da cidade do Rio de Janeiro: “Rio Sempre Rio”, 1996; “As Cidades da Cidade”, 2004; “Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo”, 2009 e 2013; “O Rio do amanhã”, 2016; “Rio 2020: mais solidário e mais humano”, 2017.

de tentativas de remoção pelo poder público ao longo dos anos, com intensificação a partir do ano de 1990, mesma época de lançamento do primeiro Plano Estratégico da metrópole do Rio de Janeiro, que trazia tentativas de captação de megaeventos e o início de uma política que seguia princípios estabelecidos pelas agências internacionais de fomento, que tinham por principais objetivos seguir modelos pré-estabelecidos internacionalmente que transformassem aspectos urbanos, sociais e econômicos da metrópole para receber aportes financeiros.

Por meio do relato de moradores mais antigos, foi possível registrar, por exemplo, que a existência da comunidade Recreio I e II remonta aos anos de 1939, com o estabelecimento e construção de pequenos barracos de madeira em um terreno particular no que se conhece hoje como bairro Recreio dos Bandeirantes. Nesse início de ocupação, a chácara, pertencente a um imigrante português que cultivava e comerciava verduras e legumes no mercado central do Rio de Janeiro, foi loteada para arrendamento, alguns sendo contratados pelo proprietário como caseiros. Ao longo dos anos, familiares e amigos desses primeiros moradores também foram se estabelecendo no local, e a comunidade foi aumentando em número de moradores e casas, chegando a um total de 185⁵ famílias quando da remoção em 2011 na Vila Recreio II.

Segundo dados da prefeitura, a remoção da comunidade foi necessária para obras viárias de ampliação de avenidas e implantação do *BRT TransOeste*, que liga o bairro de Recreio dos Bandeirantes a Guaratiba e Santa Cruz, por meio do túnel da Grota Funda⁶. Para essa obra, estima-se terem sido removidas cerca de 500 famílias, abarcando, além da Vila Recreio II, as comunidades da Restinga e Vila Harmonia, com indenizações que variaram de R\$8.700 a R\$30.000, tornando impossível a permanência dessas famílias em áreas adjacentes (Relatório Dhesca, 2011).

Já a Vila Autódromo se iniciou como uma vila de pescadores que ocuparam as margens da Lagoa de Jacarepaguá por volta de 1960. Com a construção do então denominado Autódromo de Jacarepaguá e outras obras de infraestrutura nas proximidades, muitos trabalhadores da construção civil acabaram edificando suas casas e permanecendo na comunidade, que teve sua Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo –

⁵ De acordo com dados oficiais, foram removidas 235 famílias da Vila Recreio II, número que é contestado pelas principais lideranças da comunidade como superestimado pela Prefeitura à época da remoção.

⁶ O BRT TransOeste foi inaugurado em 6 de junho de 2012, como parte das obras de mobilidade sinalizadas pela Prefeitura para a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, tendo sido o primeiro modal desse tipo de transporte no Rio de Janeiro. “Ansiedade na inauguração do 1º BRT do Rio”. Acervo Jornal O Globo, 07 de junho de 2012, Rio, p.20. Acesso em maio de 2019.

AMPAVA – formada em 1987. O intuito da associação era unir os moradores na luta por objetivos comuns à toda comunidade, como reivindicações de obras de infraestrutura, implantação de saneamento básico junto aos órgãos públicos e a própria construção de equipamentos internos que pudessem amenizar problemas urgentes da vida diária, como abertura de fossas, encanamento de água e terraplanagem das ruas principais.

Em 1993, foi aberto o primeiro processo civil público da Prefeitura do Rio de Janeiro contra os moradores da comunidade, alegando danos ambientais à Lagoa e seu entorno e requerendo a remoção de toda a comunidade. Tal processo jurídico se estendeu até 2013, quando vários moradores, principalmente os que habitam as margens da lagoa, aceitaram negociações com o poder público: suas casas na vila em troca de um apartamento construído em um conjunto habitacional dentro do programa federal Minha Casa Minha Vida, que seria localizado no bairro de Curicica, muito próximo da comunidade original. Essa negociação, muito conflituosa e cheia de contradições, marcou o início de uma investida maior do poder público para retirar os moradores da localidade, com ofertas monetárias indenizatórias de acordo com as benfeitorias de cada casa que variaram de R\$230 mil a mais de R\$2 milhões.

A justificativa para a remoção que se iniciou com maior intensidade em 2013, na qual cerca de 200 famílias saíram da comunidade, foi a ampliação de avenidas adjacentes à Vila Autódromo, para construção de outra linha de BRT, a TransOlímpica, bem como parte do Parque Olímpico para a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Outras alegações para a remoção foram fornecidas pelo poder público ao longo de todo o período de preparação dos Jogos, desde o anúncio da cidade sede em 2009, principalmente em momentos de maior embate com os moradores que gostariam de permanecer no seu espaço de convivência social.

Auxiliados por membros da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro junto ao NUTH – Núcleo de Terras e Habitação -, por professores e estudantes de duas universidades públicas – UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFF (Universidade Federal Fluminense) -, pela Pastoral de Favelas⁷ e muitos apoiadores, os moradores da Vila tentaram resistir ao processo expropriatório. Contavam com dispositivos jurídicos que lhes assegurava o

⁷ A Pastoral de Favelas é uma instituição da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ligada à Igreja Católica e que atua desde 1977 na tentativa de promover justiça e igualdade para moradores das favelas cariocas: <http://arqrio.org/>. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), é uma instituição estatal que tem por objetivo prestar apoio jurídico à população em defesa da moradia: <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUTH>.

direito à permanência, como título de posse da terra para fins de moradia, delimitação de área como de Especial Interesse Social e um sólido histórico de resistência desde 1993. Como afirma Jorge, ex-morador de Vila Recreio II:

[...] isso aqui é o coração da luta, de todas as lutas do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo é o coração da luta porque aqui foi uma coisa tremenda, tudo foi demais aqui, o absurdo foi demais. Aqui tinha documento do governo do estado, aqui tinha caracterização ainda que não tivesse documento de ninguém que eles eram donos porque estava aqui há quase 100 anos, se for começar lá nas origens, nos pescadores [...]. E aqui também encontrou pessoas diversas, cada um com seus tipos de luta, pessoas violentamente guerreiras [...] Nisso tudo, a Vila Autódromo é um centro, não da atenção, mas o centro até para Prefeitura era o centro da grande vitória. Que se passou em cima, se extingui a Vila Autódromo, pronto. Como é que as outras comunidades, que não tem nada, não tem nem uma liderança, as comunidades não têm nem uma liderança, todas vendidas para a Prefeitura ou pra milícia ou sei lá pra que, todas vendidas para esses grupos. [...] Então se ela derruba aqui, automaticamente ela cria um medo tremendo nas outras. Mas se a Prefeitura fazia essa leitura, mas a gente também fazia essa leitura, a gente também tinha a Vila Autódromo como nosso centro de vitória! (Entrevista concedida em 29 de maio de 2019).

Mesmo dentro desse cenário mais favorável à luta pela permanência, das cerca de 450 famílias que residiam na Vila Autódromo, apenas 30 permanecem hoje habitando 20 casas novas construídas pelo poder público em parceria público-privada com o consórcio Rio-Mais⁸ que foram entregues aos moradores um mês antes do início oficial dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Mesmo restando numericamente poucas famílias, a Vila Autódromo se consolidou como um caso de exceção à processos de remoção de comunidades de trabalhadores durante a realização de Jogos Olímpicos em todo o mundo, abrindo, durante o processo de resistência, possibilidades de se pensar a construção de uma outra forma de vida, que coloque como prioridade o uso e a sociabilidade em detrimento à propriedade privada e os lucros individuais.

A comunidade de Rio das Pedras começou a sofrer um processo de tentativa de remoção em 2017, com o lançamento pela prefeitura da Operação Urbana Consorciada Rio das Pedras (OUCRP). Um grupo de residentes, que não pertenciam à Associação de Moradores local se

⁸ Esse mesmo consórcio, composto pelas empresas Odebrecht Realizações, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez foi responsável também pela construção do conjunto habitacional popular para onde foram grande parte dos moradores da Vila Autódromo, denominado de Parque Carioca; pela construção do Parque Olímpico, adjacente à comunidade e pela demolição das casas na Vila cujos moradores tinham negociado com o poder público.

mobilizou na tentativa de barrar esse processo⁹, com ajuda principalmente das lideranças da Vila Autódromo, por meio das suas próprias experiências contra processos expropriatórios.

A construção da comunidade seguiu um percurso muito parecido com o que foi relatado por moradores de Vila Recreio e Vila Autódromo, tendo se iniciado em 1950, segundo dados oficiais da Prefeitura¹⁰, por meio da construção de habitações por pescadores na área. O aumento no número de habitantes foi ocorrendo ao longo da década seguinte, com estabelecimento de populações migrantes do nordeste brasileiro para a metrópole carioca, em busca de trabalho, principalmente na construção civil. Com a implantação de parte das construções estabelecidas no Plano Piloto de 1969¹¹ pelo governo, toda a farta e barata mão de obra desses novos trabalhadores foram utilizadas tanto na construção da infraestrutura que conectou de forma viária a zona oeste a zona sul da cidade, bem como nos próprios edifícios comerciais e condomínios residenciais construídos, destinados à classe de maior poder aquisitivo na Região Administrativa da Barra da Tijuca. Nas horas em que não estavam recebendo remuneração pelo seu trabalho, essa mesma mão de obra precisou construir suas próprias residências em Rio das Pedras e em outras comunidades da região, arcando com o custo constante de material que, no caso específico dessa comunidade, precisava ser feito em função do solo de turfa que cedia com as constantes cheias do rio adjacente, conforme relato de uma de suas moradoras:

[...] ela era tudo mangue, tudo mato, tudo turfa. A gente era conhecido na Barra da Tijuca, quando começou a Barra da Tijuca, como a Andreia falou, a mão de obra de lá sempre foi o pessoal aqui do Rio das Pedras, por ser mais perto, pela passagem ser mais barata, por ser uma passagem só e também pelo pessoal cobrar um valor baixo né? Então assim, a gente era conhecido na Barra da Tijuca pelos pés. A gente chegava em qualquer lugar, as pessoas olhavam pros nossos pés e já sabiam que era do Rio das Pedras. Porque aqui era lama pura, lama pura [...] (Entrevista Lorena, atual moradora de Rio das Pedras 28 de maio de 2019).

⁹ Rio das Pedras rejeita projeto de verticalização da prefeitura. O Globo. Bairros, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-das-pedras-rejeita-projeto-de-verticalizacao-da-prefeitura-1-21908631#> Acesso em maio de 2019.

¹⁰ Dados disponíveis no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda - SABREN: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>

¹¹ PLANO Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Estado da Guanabara, 1969. Disponível em: <http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/1524>. Acesso em março de 2018.

O projeto da OUC que foi apresentado aos moradores da comunidade por equipes da Prefeitura¹² em 2017, compreenderia a totalidade da comunidade¹³ em fases de construções distintas¹⁴, por meio de financiamento habitacional popular dentro do programa federal Minha Casa Minha Vida, com estimativa de construção de prédios com doze andares. A verticalização de toda Rio das Pedras seria possível por meio da venda de Cepacs – Certificados de Potencial Adicional de Construção – que permitiriam obras de infraestrutura como alargamento de avenidas, saneamento de córregos e adensamento do solo de turfa.

No entanto, a comunidade é formada, sobretudo, por trabalhadores do ramo de comércio e serviços, que são, em sua grande maioria, oferecidos em pequenos estabelecimentos dentro da própria área de Rio das Pedras, representando, segundo relatos das lideranças da comunidade, cerca de 90% da renda das famílias. Tais comércios seriam extintos com a construção dos conjuntos habitacionais verticais, se tornando, junto ao alto valor das parcelas que seriam cobradas aos moradores pelo financiamento, um quadro insustentável frente à vida cotidiana dos atuais moradores. Essa constatação permitiu que muitos deles entendessem que aquela Rio das Pedras projetada pela Prefeitura no plano da OUC não seria construída para eles, mas sim para outros moradores que pudessem arcar com os custos do financiamento e do novo modo de vida que estava sendo apresentado.

Junto às lideranças de Vila Autódromo e Vila Recreio II, o grupo de moradores que compõem a Comissão de Moradores de Rio das Pedras se mobilizou para tentar barrar o processo de construção dos conjuntos habitacionais, principalmente por meio de campanhas de conscientização para os outros moradores, que foram formuladas com auxílio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Pastoral de Favelas. Os membros das Universidades públicas – UFRJ e UFF – como professores e alunos, também auxiliaram os moradores com elaboração de planos e divulgação do próprio plano da OUC, que foi pouco anunciado pelo próprio governo.

¹² Administração de Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), entre os anos de 2016-2020.

¹³ De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a comunidade abrigaria 63.482 habitantes, mas pelas estimativas da Associação de Moradores, seriam no total, 140.000 moradores distribuídos em 40 mil moradias. Rio das Pedras é considerada hoje a maior comunidade carioca da zona oeste, terceira maior favela do Rio de Janeiro.

¹⁴ Não foi abordado no projeto ou na apresentação realizada pelos técnicos da prefeitura, conforme relatos das lideranças da comunidade em entrevista realizada no dia 28 de maio de 2019, onde os moradores iriam residir durante o período das construções.

Em paralelo com a tentativa de remoção de Rio das Pedras, a comunidade da Barrinha ou Lagoa da Barra, conforme cadastro da Prefeitura, localizada no início da Barra da Tijuca sentido zona sul, recebeu a primeira notificação para desapropriação também em 2017. O terreno onde a comunidade está situada, que abriga cerca de 50 famílias – 260 pessoas- é privado e, segundo relatos dos atuais moradores, teria sido alugado por uma rede hoteleira por volta de 1979, para abrigar funcionários contratados pela empresa. Sendo à época um terreno que era utilizado para depósito de lixo clandestino da área, os próprios moradores trabalhadores do hotel tiveram que arcar com os custos e o esforço para limpar o terreno, aterrar e construir suas residências. Com o passar dos anos, alguns moradores deixaram de trabalhar no hotel, que foi também parando de pagar o aluguel do terreno ao proprietário, acarretando judicialmente a ação de despejo dos atuais residentes da comunidade.

Ao receberem a notificação, que não previa qualquer tipo de indenização financeira ou benefício social às famílias, as lideranças da comunidade procuraram auxílio jurídico junto ao NUTH e a Pastoral de Favelas e se engajaram no grupo formado por moradores de outras comunidades do Rio de Janeiro, o Conselho Popular¹⁵, no intuito de barrar o processo de remoção, o que foi possível por meio de liminar de suspensão em 2019. No entanto, novo processo de despejo foi movido contra a comunidade pela Associação de Moradores da Barrinha junto ao Ministério Público, que continua em andamento. Para tentar encerrar as tentativas de remoção, os moradores da Barrinha entraram com processo de usucapião por tempo de moradia no local e um pedido de delimitação como Área de Especial Interesse Social – AIES -, instrumento urbanístico que poderia possibilitar uma maior segurança aos atuais moradores na luta pela permanência em seu local de vida e convivência diárias.

Outra tática empregada pelos moradores da Barrinha durante esse período mais intenso de tentativas de remoção, foi manter o muro da comunidade sempre limpo e pintado com as mesmas cores do hotel adjacente a comunidade, o que dificulta a identificação da fachada e, de certa forma, camufla sua existência no local. Essa ação tem como resultado prático, o “apagamento” da comunidade o que, se pelo lado da luta pela permanência pode ser benéfico do ponto de vista jurídico, por outro lado, revela como as próprias estratégias e práticas de resistência estão imbricadas ao cotidiano, a uma vida programada pelo capital em suas mais diversas implicações, com mediação direta do Estado e de suas políticas públicas de planos de

¹⁵ Movimento social que agrega moradores de favelas ameaçadas de remoção na cidade do Rio de Janeiro, fundado em 2016: <https://conselhpopular.wordpress.com/sobre/>.

ordenamento espacial, que tendem a homogeneizar e hierarquizar os espaços dentro da metrópole, destinando inclusive quais corpos podem habitar ou não esses espaços. Essa tática de camuflagem revela também, portanto, que os trabalhadores só podem habitar determinados espaços da cidade enquanto seus corpos e suas vidas forem apagados.

Da mesma forma, a permanência das poucas famílias na atual Vila Autódromo revela, após o longo período de violência e coação pela qual passaram os moradores, que a luta pela permanência nos espaços de sociabilidade para a classe trabalhadora em um país periférico do capital precisa ser permanentemente mobilizada. Os planos de ordenamento, as leis, diretrizes e normas de uso e ocupação da terra são mobilizados enquanto instrumentos que servem aos interesses dos proprietários privados, aliando os níveis políticos e econômicos que incidem sobre a realização efetiva da vida. Nesse movimento, a luta de resistência ao processo que denominamos de destituição do vivido se coloca como essencial e prioritário para muitas famílias de comunidades cariocas, como será abordado a seguir.

A DESTITUIÇÃO DO VIVIDO

Partindo de uma análise que colocou em evidência as contradições e os conflitos que se inscrevem na produção do espaço da Barra da Tijuca ao longo dos anos, é possível afirmar que a construção de uma fronteira de expansão econômica para o capital imobiliário na metrópole pressupõe processos que denominamos de destituição do vivido.

A adjetivação desse termo surgiu por meio da relação dialética entre a vida cotidiana, nos termos trabalhados por Lefebvre (1991), na subsunção da vida aos ditames do capital nas mais diversas esferas e dimensões do cotidiano; a resistência dos moradores das comunidades ameaçadas de remoção, que partem do lugar de moradia, conforme discussões de Ribeiro (2012), e que podem conduzir a um caminho que proponha e que realize novas formas de habitar a cidade; e a apropriação e o pertencimento com o lugar de sociabilidade, como problematizado por Carlos (2007).

O que a pesquisa empírica revelou foi que, no encontro com o outro, durante o processo de luta pela permanência em suas comunidades, alguns moradores entrevistados ampliaram seu entendimento por meio das próprias vivências, não apenas das necessidades primeiras do habitar, mas também da produção do espaço de constituição da Barra da Tijuca e, em última instância, de toda a metrópole do Rio de Janeiro, como um processo segregador e fragmentador

da vida e das práticas diárias do próprio movimento de resistência. Nesse aspecto, o espaço é compreendido como condição necessária para a realização da vida ao mesmo tempo em que também é produto para a reprodução do capital, iluminando as contradições e os conflitos que se engendram na disputa pelo espaço, como aponta Carlos (2011).

Dentro dessa perspectiva, a destituição no plano do vivido objetiva a radicalidade dos processos expropriatórios, partindo de uma premissa da própria acumulação ampliada do capital, que se inicia por meio de uma acumulação primitiva que se mantém enquanto processo intrínseco do próprio sistema como expropriação, como discute Marx (2017) e Fontes (2010).

Os processos expropriatórios foi se expandindo para a própria realização da produção do urbano, com a fragmentação da vida no plano local (Lefebvre, 2001), que na Barra da Tijuca se apresenta como um processo que está atrelado ao movimento de constituição do próprio espaço que foi sendo construído e modificado ao longo dos anos.

Nesse aspecto, se a destituição do vivido significa a perda do uso em detrimento ao valor de troca, partindo da habitação, se amplia enquanto processo que também fragmenta a vida por meio do cotidiano programado (Lefebvre, 1991), e tende a impedir o encontro, a troca de vivências com quem também passa por processos semelhantes na cidade, produzindo a impossibilidade individual e, sobretudo, coletiva, de uma organização social e política para resistir aos próprios processos expropriatórios e a reprodução das relações de produção (Lefebvre, 1973).

A radicalidade das expropriações se coloca, dessa forma, como uma estratégia de classe que, na pesquisa desenvolvida, favoreceu os proprietários fundiários e o setor ligado ao imobiliário, produzindo um espaço que tende a ser hierarquizado perante outros fragmentos da metrópole carioca, pautado por uma pretendida homogeneização que ocorre por meio de planos de ordenamento, leis, normas e diretrizes que procuram produzir o espaço para que uma nova classe social o possa ocupar. A produção de novos usos, que se potencializam perante o valor de troca, tende a substituir as noções de apropriação e pertencimento com o lugar de moradia e de convivência social.

Ocorre na Barra da Tijuca, portanto, uma luta de classes no espaço: se a população que mora nas comunidades estudadas foi necessária em um primeiro momento como mão de obra para a construção e manutenção dos próprios espaços, para dar uso ao lugar, precisa ser

removida nos anos subsequentes para ocorra a realização de um novo processo de acumulação para os proprietários privados. A produção desse espaço urbano resulta na impossibilidade de constituição da vida para grande parte da população, principalmente para os trabalhadores moradores de comunidades.

As práticas de resistência, nesse cenário, se apresentam como formas de negar a própria produção da segregação socioespacial, se realizando no plano do vivido e se contrapondo aos processos da vida cotidiana, da produção dos espaços somente para anteder aos interesses dos proprietários privados. Ela reivindica a apropriação e o uso, a fruição e a festa, a realização plena da vida dos trabalhadores (Lefebvre, 2013). No entanto, elas também evidenciam as próprias contradições presentes na vida diária, subsumida pelo cotidiano às ideologias e determinações dos planos econômico e político, das relações de troca e do valor da propriedade privada que são partes constitutivas da sociedade capitalista na qual estão inseridas.

Nesse sentido, a resistência de parte dos moradores das comunidades entrevistadas ao processo de destituição do vivido que parte, muitas vezes, de determinações que se encontram em um plano global de transformações urbanas e sociais, nasce do nível local, da urgência em solucionar problemas imediatos para o morar, e se estende, no encontro com o outro, na cidade enquanto nível intermediário de análise, para a construção de caminhos que possam ser alternativos à vida subsumida aos ditames do capital, em direção a uma utopia. Elas podem ser possíveis, mas permeadas por contradições próprias da realização da vida pautadas por processos capitalistas.

Para Lefebvre (1991), a utopia é um movimento em construção, que pode ser realizado por meio da prática no plano do vivido. No urbano, para o autor, seria possível congregiar as diferenças, o contato entre classes sociais e vivências distintas que teriam a potência para uma transformação do sistema capitalista. No plano da prática é que encontramos as contradições e os conflitos que se expressam para a realização da vida. Nesse aspecto a apropriação e a fruição da vida social, as organizações políticas que nascem de uma imediaticidade do cotidiano, conteriam as possibilidades ou as impossibilidades de uma superação das formas de vida atuais.

O que a resistência dos moradores das comunidades da Barra da Tijuca também produziu, na busca pela permanência nos locais de realização da vida, foi uma conscientização sobre os próprios modelos que procuram fragmentar os espaços. As camadas de possibilidades de transformação por meio de uma prática de luta que persiste como estratégia diária são um

movimento contínuo que se estende na reunião e no encontro com o outro que sofre processos similares de expropriação. Mesmo com todas as coações e violências físicas e econômicas que ainda persistem, as possibilidades do encontro e da reunião se colocam como irredutíveis à destituição do vivido e remetem para a construção de um movimento que possa se contrapor ao cotidiano programado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada revelou um embate entre os corpos dos moradores das comunidades entrevistadas contra os processos de expropriação típicos da própria produção do espaço urbano. Por meio do pertencimento com o lugar e nas relações sociais entre vizinhos, amigos e familiares, a prática de resistência se colocou para eles, enquanto um ato que precisa ser contínuo, que precisa fazer parte da vida cotidiana, para preservar, em um primeiro momento, suas vidas e suas casas, abrindo, por meio do encontro com o outro na cidade, com a troca das práticas, possibilidades para a realização de uma luta de classes no urbano que tenderia a construção de uma utopia.

Se, por um lado, foi possível identificar a produção do espaço da Barra da Tijuca como mercadoria, em um plano econômico e político cheio de ambiguidades e embates ao longo dos anos, que utilizou principalmente planos de ordenamento urbano para apagar os corpos dos diferentes (Lefebvre, 2013), por outro lado, no plano social, a pesquisa realizada iluminou a resistência a esse processo de apagamento, por meio de uma apropriação do lugar de moradia. É preciso, no entanto, salientar que as práticas de resistência também se mostraram por meio de suas ambiguidades e conflitos, revelando, sobretudo, as próprias contradições do processo de produção do espaço. Em alguns momentos, a luta de resistência trouxe benefícios econômicos e até sociais para alguns dos moradores, o que de certa forma, inseriu seus moradores no processo hegemônico mais amplo da vida cotidiana, mas, em outros momentos, negou o valor de troca das habitações em detrimento ao seu uso social.

Nesse sentido, é possível afirmar que a luta pela permanência das famílias das quatro comunidades estudadas, Barrinha, Vila Autódromo, Rio das Pedras e Vila Recreio II, junto aos apoiadores e toda rede de divulgação, sinalizou para um processo novo de se viver na cidade, que se contrapõe à destituição do vivido, colocando em evidência o embate da realização da vida e dos níveis econômico e político.

Dessa forma, o entendimento da construção da Barra da Tijuca como um fragmento espacial da metrópole carioca que carrega consigo as contradições próprias da produção do espaço dentro do sistema capitalista de produção, sinaliza para a necessidade de descortinar e de ampliar o entendimento de que a vida cotidiana faz parte desse movimento e que a resistência aos processos de expropriação continuada do capital para realizar sua acumulação ampliada, necessitam de uma mobilização social permanente, que coloque em evidência a apropriação e o uso como formas que possam suplantar as mediações da mercadoria e do valor de troca.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 4ª edição, 2013.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: *A cidade contemporânea: segregação espacial*. Orgs.: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria. São Paulo: Contexto, p.111-126, 2013.

_____. Planejamento e produção do espaço. In.: *A necessidade da Geografia*. Orgs.: Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia Ariza da. São Paulo: Contexto, p.68-78, 2019ª.

_____. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. *Revista GeoUSP Espaço e tempo*. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.494-505, 2019b.

ALVES, Gloria da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. In.: *Revista GeoUSP Espaço e tempo*. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.551-563, 2019.

ARANTES, Pedro. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

BANCO MUNDIAL. *Ciudades em transición: resumen ociedade ia del Banco Mundial para los gobiernos urbanos y locales*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/441601468762573050/Ciudades-en-transicion-resumen-estrategia-del-Banco-Mundial-para-los-gobiernos-urbanos-y-locales>

BENSAÏD, Daniel. *Resistencias: ensayo de topologia general*. El viejo Topo, 2001.

BENSAÏD, Daniel. *Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje da ditadura de 1964 aos grandes eventos. In: *O Social em questão*. Ano XVI, nº 29, p.179-208, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007b.

_____. A condição espacial. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Org.: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria. São Paulo: Contexto, p.95-110, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino (Orgs.) Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p.19-58.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 3ª edição, 2010.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013 – livro Kindle.

HARVEY, David. Os Limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 7ª edição, 2015.

HARVEY, David. Marx, Capital and the madness of Economic Reason. Oxford Published Press, 2018.

JUSTINO, Diogo. As remoções no início da gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (Orgs.). A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Publicações Escorpião, Porto: Antropos. Introdução, capítulo 1 e capítulo 2, 115 páginas, 1973.

_____. The Survival of Capitalism. Reproduction of the relations of production. London: Anthropol. 131 páginas, 1978.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. State, Space, World. Select Essays by Henri Lefebvre. Editado por Neil Brenner e Stuart Elden. Tradução de Gerald Moore, Neil Brenner e Stuart Elden. Londres: University of Minnesota Press, 331 páginas, 2009.

_____. La producción del espacio. Alcobendas, Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. Espaço e política. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2ª edição, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Anticrítica. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética (org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, tradução Rubens Enderle, 2ª edição, 2017a.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, edição de Friedrich Engels, tradução e seleção de textos Rubens Enderle, 1ª edição, 2014.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, edição de Friedrich Engels, tradução Rubens Enderle, 1ª edição, 2017b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In.: Boletim Paulista de Geografia, v.55, p.75-92, nov. 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 4ª reimpressão, 2013a.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. O habitar como horizonte utópico. In.: Revista GeoUSP Espaço e tempo. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p. 478-4, 2019.

PECHAMAN, Robert. Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. In.: Produção imobiliária e uso do solo urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). Rio de Janeiro: UFPJ/IPPUR, 1987.

PLANO Popular Vila Autódromo, 2012. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. Disponível em:
<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso em março de 2018.

PLANO urbanização da Vila Autódromo, 2016. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5977874/4156506/vilaaudromo2.pdf>. Acesso em março de 2016.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POUSO Rio das Pedras: Diagnóstico Urbanístico e ambiental. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo, Coordenadoria Geral dos Programas de Interesse Social, Coordenadoria de Pousos, setembro 2013.

RELATÓRIO Dhesca 2011. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Projeto Relatores Nacionais. Relatório dos Direitos Humanos à Cidade. Relatório Missão da Relatoria do Direito à Cidade. Plataforma Dhesca, Rio de Janeiro, 18 a 20 de maio de 2011, 41p. Disponível em:

<https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/impactos-da-copa-2014-e-olimpiadas-2016-no-rio-de-janeiro/>

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032013-122231/pt-br.php>

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coord). Produção imobiliária e uso do solo urbano. Estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Autores: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Cardoso, Adauto Lúcio; Carvalho, Eduardo Guimarães de; Lago, Luciana Corrêa do; Aizen, Mario; Kleiman, Mauro; Pechman, Robert Moses. Relatório Parcial-versão preliminar, 4 volumes, 1.500 páginas, 1987.

RIO das Pedras, 2017. Operação Urbana Consorciada. Zona Oeste, Urbanização e Revitalização, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, fevereiro de 2017.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. A Fronteira Urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil. São Paulo: Annablume, 2015.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. The new urban frontier: gentrification and the revanchist city. London: Routledge, 1996.

WILLIAMSON, Theresa. Not Everyone Has a Price. How the small favela of Vila Autódromo's fight opened a path to Olympic resistance. In: ZIMBALIST, Andrew (Org.). Rio 2016: Olympic Myths, Hard Realities. The Brookings Institution, Four, Loc 1164, 2017 – ebook Kindle.

ZALUAR, Alba; SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 5ª edição, 2006.